

OCUPAÇÃO DE ITAPIRANGA E CONCEPÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DOS COLONIZADORES

Vianeí Luís Hammerschmitt¹

Resumo

Este artigo é uma revisão bibliográfica sobre o contexto histórico-social de ocupação de Porto Novo e visa apresentar um conjunto de elementos textuais que ajudam a compreender as concepções culturais e socioambientais dos colonizadores, fundamentais na organização da vida na colônia, bem como, na condução das técnicas de trabalho e produção utilizados ao longo de quase 100 anos de colonização. Adquire relevância social, na medida em que, auxilia a compreender muitas dificuldades enfrentadas ao longo do processo, bem como, ampliar a visão para a gestão estratégica das ações urbanas e rurais.

Palavras-chave: Colonização; Impactos Ambientais; Sustentabilidade;

Introdução

Os processos migratórios do século XIX e XX alteraram radicalmente a formação social cultural de muitos territórios, mas mais do que isso, criam características muito específicas em cada território. Nesse sentido, este trabalho visa por meio da revisão bibliográfica levantar concepções socioculturais e ambientais dos imigrantes alemães no projeto Porto Novo, atual Itapiranga, SC.

O processo de ocupação do oeste catarinense e mais especificamente de Porto Novo teve sua gênese no contexto histórico, no qual, a realidade social e política tanto do Rio Grande do Sul como de Santa Catarina passavam por questões peculiares. Enquanto o Rio Grande do Sul, que havia recebido várias frentes de imigrantes no séc. XIX, sentia dificuldades em abrigar novas colonizações, o Estado de Santa Catarina dispunha de vastos territórios para serem colonizados e dessa forma satisfazer os desejos econômicos do Estado. “A própria política de colonização do governo, visava principalmente à instalação de famílias em pequenas propriedades agrícolas, e não de indivíduos isolados”. (SEYFERTH, 1999, p.55).

Esse fenômeno é denominado de enxameamento, pelo geógrafo francês Jean Roche (ROCHE, 1969), onde populações acabam saindo de um local e estabelecendo-se em outro (novas fronteiras agrícolas) para possibilitar a reprodução social camponesa nas novas frentes de colonização tradicionalmente conhecidas como colônias²

¹ Mestre em Ciências Ambientais pela Unochapecó. Graduado em Filosofia, História e Psicologia pela Faculdade de Filosofia Imaculada Conceição. Docente do Centro Universitário Fai.

² De acordo com (Thorner 1971, apud SEYFERTH, 1999, p. 55), entende-se por colônia toda a região colonizada, ou área colonial. O modelo usado nas colonizações alemãs, com utilização do trabalho

A demarcação da vegetação do Brasil Meridional, em campos e matas, levou a diferentes processos de ocupação desses espaços físicos, resultando em “diferentes paisagens” (ROCHE, 1969, RADIN 1996, RENK, 1999).

Enquanto que os europeus chegam para garantir as suas posses e propriedades, condição para a sua cidadania como agricultor, os nativos perdem seus tradicionais espaços extrativistas usados como condição de sobrevivência do seu estilo de vida seminômade.

A ótica governamental a respeito da colonização nem sempre foi coincidente com as visões nativas, refere-se nestes termos, às populações que já viviam e ocupavam esses territórios durante gerações. O problema estava na sua organização econômica que, de maneira geral era de subsistência e que não se coadunavam no modelo capitalista de produção. O Estado apregoava a necessidade de “preencher o vazio demográfico”, literalmente ignorando ou menosprezando a presença indígena e cabocla, as chamadas minorias. (RENK 2000, EIDT 1999 e 2011, ROCHE 1969).

Considerando que havia vastas áreas florestais entre o litoral e o planalto nas regiões sulinas, que na perspectiva do governo imperial não interessavam e nem ameaçavam os interesses das grandes propriedades monocultoras ou criadores de gado, passaram a ser regiões propícias para receber colonizadores com características de propriedade familiar. Essas áreas distantes dos centros urbanos, precisavam ser ocupadas para abrir vias de comunicação para o interior, dessa forma, o próprio governo imperial se empenhou em fundar áreas de colonização teuto-brasileiras tanto em Santa Catarina como no Rio Grande do Sul no sec. XIX, organizando a colonização em torno dos vales dos principais rios. (SEYFERTH, 1999, p.29 – 33).

Como a entrada dos primeiros imigrantes alemães no sul do Brasil aconteceu em 1824, na região de São Leopoldo, quase no mesmo período que chegam os primeiros alemães para região de São Pedro de Alcântara no litoral catarinense, mais tarde em 1849, outros imigrantes ocupam o vale do Itajaí atual cidade de Blumenau. No Rio Grande do Sul a ocupação de povoado se dá num processo bastante rápido consolidando por meio de duas gerações o processo de ocupação das áreas Coloniais.

familiar, consistia na formação de um conjunto de núcleos de propriedades rurais agregados em torno de igreja, escola, cemitério e da sociabilidade, bem como, da propriedade rural que mede, em média, de 25 hectares.

O projeto Porto Novo

Este tópico tem por objetivo explicar o contexto social em que se dá a colonização de Porto Novo e mais tarde Itapiranga (1929), onde fica atualmente a bacia hidrográfica em questão nesta pesquisa. A organização desse projeto, levou em conta na estruturação do seu projeto de ocupação, de que toda a área que fica entre a divisa da Argentina e Chapecó, ainda estava coberta por densa floresta.

Banhada pelo rio Uruguai e seus afluentes, a mata era rica em madeiras e ervais, com ampla e variada fauna e solo propício à agricultura. A região se apresentava como um manancial de riquezas e possibilidades de explorações econômicas. (WERLE, 2011, p.201).

Com a fundação das primeiras colônias e a expansão mesmo dentro das adversidades, aparece rapidamente a demanda por novas áreas de terra para a constituição do velho sonho de propriedade que move o espírito do migrante. “O crescimento demográfico, a concentração fundiária, o esgotamento da terra e o pauperismo verificados na “Colônia Velha” comprometiam a manutenção da unidade e a preservação da cultura alemã”. (EDIT, 2011, p.14).

As colônias velhas³ do RS limitadas à organização de propriedade familiar não estavam dando conta de abrigar e dar condições adequadas a terceira e quarta geração. “O crescimento demográfico e a vinda de novos imigrantes, aliados ao esgotamento do solo, induziram a novas fronteiras agrícolas”. (SICOOB, 2012, p.13). Com a ocupação da serra gaúcha e noroeste do Rio Grande do Sul, o interesse agora estava voltado para o Extremo Oeste de Santa Catarina.

Diante do abandono institucional do Estado brasileiro e o especial interesse do clero católico jesuíta em restaurar o catolicismo frente às dificuldades encontradas na Europa com a expansão de ideias liberais. Diante das crescentes dificuldades de toda espécie enfrentada pelos imigrantes alemães, a Companhia de Jesus enviou em 1849 padres jesuítas para dar assistência espiritual aos alemães. Entre eles estava o padre suíço Theodor Amstad que, através de suas inúmeras viagens as diversas frentes de colonização, percebeu que era preciso buscar alternativas conjuntas para superar as dificuldades dos imigrantes. Estas dificuldades centravam-se em escassez de fontes de

³ Refere-se a colônias velhas aos núcleos de colonização fundadas pela primeira geração de imigrantes do período de 1824 e que mais tarde foram utilizados nas novas frentes de colonização do Rio Grande do Sul, e neste caso específico, sua relação com os desdobramentos do Projeto Porto Novo (nova colônia).

crédito e aperfeiçoamento das técnicas de produção. (WERLE, 2011; SICOOB, 2012).

A ação social dos jesuítas visava a coordenação das atividades econômicas, culturais, recreativas e profissionais, promovendo tanto o setor ativo da sociedade como a fundação de novas colonizações, de caixas econômicas rurais, cooperativismo, melhoria da produção e de novas técnicas agrícolas. (KREUTZ, 1991, p.71)

A Igreja, instituição organizada em dimensões continentais, trouxe sua larga experiência na organização de contingentes populacionais, sendo assim acabou assumindo o papel do Estado, principalmente na delimitação da vida moral e social, como também na organização da infraestrutura física para atender as demandas dos colonizadores. Uma das alternativas encontradas para resolver as necessidades básicas e imediatas, foi a formação de extensas redes associativas de toda a espécie.

é preciso mencionar as associações recreativas e culturais destacadas pela maioria dos estudiosos da imigração alemã por causa da sua significância numérica e sua vinculação com o nacionalismo alemão. Espaços de convivência, lugares da sociabilidade, eram imaginados como expressão do espírito (associativo) germânico. (SEYFERTH, 2011, p.8).

Assim no ano de 1912, durante o Congresso de alemães Católicos de Venâncio Aires, o Padre Amstad lançou a ideia da fundação da SOCIEDADE UNIÃO POPULAR (Volskverein)⁴, sociedade essa que permearia a organização de toda a vida social, cultural e econômica da vida colonial.

A Volskverein tinha por objetivo estabelecer uma grande associação para preservar os valores da cultura germânica e propiciar as famílias melhores condições de vida através do provimento de condições básica para o bom desenvolvimento social e cultural das famílias. Sendo assim, a preocupação residia em oferecer infraestrutura

⁴ Portanto a *Volskverein* se apresentava como uma associação de alemães católicos e seus descendentes, que tinham como objetivos “assumir os interesses materiais, espirituais e culturais” dos associados. Suas atividades eram diversas: publicações de periódicos (jornais e almanaques), fundação de hospitais e asilos, escolas e seminários; realização do *Katholikentage* (congressos Católicos) cujos temas estavam relacionados com a situação e problemas econômicos, sociais, espirituais e culturais dos colonos; a organização do *Sperkass* (Caixa União Popular) inspirado no sistema de crédito *Raiffeisen*; além de outras atividades. Sua atuação se estendia pela região de colonização europeia do Rio Grande do Sul e também do oeste catarinense, procurando contemplar todas as esferas da vida do colono, promovendo o caráter associativo e assistencial. (WERLE, 2011, p.11, 12)

religiosa, educacional, saúde preventiva, serviços hospitalares, bem como, assistência técnica agrícola.

O caráter associativo era fortemente disseminado pela Igreja, “sua atuação se estendia pela região de colonização europeia do Rio Grande do Sul e também do oeste catarinense, procurando contemplar todas as esferas da vida do colono, promovendo o caráter associativo e assistencial” (WERLE, 2011, p.12), e foi também através dela que se intermedia a colonização de Porto Novo.

Além dessas funções caberia a *Volkverein*, localizar e intermediar a fundação de novas colônias e garantir os bons costumes e a prosperidade das mesmas. A administração da *Volkverein* era exercida pelos próprios associados, porém o cargo de Secretário de Viagens era exercido por um padre jesuíta, que fazia o elo de ligação entre colonos e a administração.

Estas associações confessionais ou cooperativas estabeleceram no Estado de Santa Catarina grande número de colonos gaúchos. Não se moveu o espírito de lucro, mas sua ação foi favorecida por outros elementos, particularmente o fato de que permitiam aos colonos agruparem-se segundo a origem étnica [...]. (Roche, 1969, p.359).

Neste contexto a empresa Chapecó-Peperi Ltda, que comprou uma área de terra entre o rio Chapecó e Peperi, vendeu parte dessa área à *Volkverein für Deutschen Katholiken im Rio Grande do Sul* (Sociedade União Popular para Alemães Católicos do Rio Grande do Sul), fundada em 1912 e conduzida pelos jesuítas, que representava os interesses da frente colonizadora alemã do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, tem-se a concretização de um sonho jesuítico de formar católicos perfeitos e que inclusive teve apoio da igreja europeia, feitas várias tentativas no interior do Rio Grande do Sul, com restrições do governo rio-grandense Antônio Borges de Medeiros a núcleos coloniais étnicos homogêneos no RS. A área comprada no oeste Catarinense, revelou-se área propícia, uma vez que, na perspectiva governamental constituíam-se nessa área as regiões distantes do governo, espaços sem representação comercial e de civilização. (RENK, 2006; EIDT, 2011)

Nasce assim, a colonização de Porto Novo, como resultado de um desejo de garantir aos jovens agricultores descendentes de alemães uma unidade étnica e religiosa. “[...] o objetivo de implantar no local uma colônia de natureza confessional,

destinada exclusivamente a descendentes alemães de religião católica, a maior parte vinda das colônias velhas”, (SICOOB, 2012, p.16). Assim a ocupação do atual do município de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis, antiga Porto Novo, se deu dentro de maneira segregada onde somente conseguia comprar seus lotes quem era católico e descendente germânico. (HAHN, 2005; RODHE, 2011; WERLE, 2011; KREUTZ, 1991, p.71).

Como as áreas destinadas às frentes de colonização não representavam fonte econômica imediata não houve participação efetiva do estado brasileiro na organização de infraestrutura. Embora as terras férteis existirem em abundância, estas se encontravam em meio a ambientes de difícil acesso, cobertas por densas florestas e distantes das áreas urbanas, “ não havia estradas, escolas, hospitais, comércio”. (SICOOB, 2012, p.13).

Os vazios demográficos eram também prescritos pelo estado para proteger o território contra incursões estrangeiras. Destarte, as novas fronteiras do Sul do Brasil foram incorporadas para alimentar a máquina capitalista do século XIX e XX. Através de concessão de imensas áreas para Companhias Colonizadoras, a ação pública, deliberada ou inadvertidamente, contribuiu para o aniquilamento dos povos imersos na floresta (índios e negros) que possuíam posse coletiva da terra. (EIDT, 2011, p.13)

Além disso, a crise e as dificuldades de progredir nas antigas colônias impulsionavam as novas gerações para áreas onde pudessem construir a sua prosperidade, o seu novo lar. A Igreja não pretendia perder a influência sobre o seu povo e, portanto, participava ativamente desse processo garantindo dessa forma a unidade espiritual, linguística e cultural. Por isso, é importante entender de que o processo de migração se faz necessário e satisfaz uma série de setores interdependentes, entre eles, geopolíticos, econômicos, sociais, culturais e religiosos.

O estilo de vida que os alemães ou descendentes levavam e a sucessão da propriedade ou o avanço sobre novas áreas, somente era possível através da reprodução do modelo econômico dos seus ancestrais. Correspondia de fato fazer aquilo que lhe era mais familiar e para aquilo que se sentiam preparados tecnicamente. (EIDT, 2011)

Já a dimensão cultural e espiritual contribuía largamente para a composição de

uma moral social que interessava tanto à igreja, como também às próprias famílias, à medida que a igualdade transmitia uma profunda sensação de tranquilidade, segurança e harmonia social. (RODHE, [1951] 2011).

Maria W. Rohde⁵ (2011) é testemunha dos primeiros anos de colonização, foi uma mulher atuante em todas as dimensões sociais, abrigou e defendeu os colonizadores no período do Estado Novo da perseguição aos imigrantes e descendentes alemães. Seu escrito revela um ponto de vista acerca da colonização e da percepção dos colonizadores. Sua obra foi originalmente lançada em 1951, em homenagem aos 25 anos de Porto Novo, a obra recebeu a segunda edição pela Editora Amstadt, em 1996, e foi traduzida e republicada em 2011, por um grupo de professores locais.

Sua obra é de grande valia para relatar o que aconteceu em todo o processo de consolidação da atual Itapiranga, na medida em que testemunhou e viveu com envergadura todos os relatos que compõe seu livro. Diante do desafio de começar uma vida nova num lugar onde as forças da natureza imperam sobre a paisagem natural Rodhe escreve,

há muito, o solo que os antepassados conquistaram ao derrubar a mata virgem do Rio Grande do Sul, se tornou lavoura maravilhosamente frutífera, onde aldeias e cidades se sucedem em uma sequência próspera. Porém, esta nova pátria tornou-se acanhada para abrigar os anseios de prosperidade das novas gerações e seu valor de compra demasiadamente alto para quem desejava começar uma vida independente. (RODHE, [1951] 2011, p.17)

Dessa forma, o que era um problema para um, acabava sendo a solução para outro. Assim o governo resolvia as dificuldades que tinha em manter o controle do território e de enquadrar os denominados vazios demográficos, (áreas não produtivas, ou sem nenhuma expressão econômica, em grande parte habitadas por populações nativas com estilo de vida semi-nômade), dentro do sistema capitalista de produção.

Os colonos por sua vez, obtinham todas as condições para reproduzir os seus valores das antigas colônias através da unidade moral e também adotar o sistema

⁵ Maria W. Rohde é filha de descendentes alemães, naturalizada norte-americana. Desde criança, acompanhou os pais da Alemanha para os Estados Unidos. No ano de 1920, a família Wiersch mudou-se dos EUA para o Brasil. Maria morava com seu pai no Rio Grande do Sul, onde se casou com Carlos Rodhe, Diretor da Colonização por um período inicial.

econômico familiar com fins de subsistência e de mercado bastante comum nas velhas colônias de onde partiam. “Pensava-se que com sua ética de trabalho levariam o “processo” e “o desenvolvimento econômico” à região. Desta forma, portanto, colonizar significava civilizar”. (WERLE, 2011, p.12).

Nesse contexto, Porto Novo recebe famílias dentro do processo das velhas colônias do Rio Grande do Sul, como também, de um grupo específico, muito deles que vinham diretamente da Alemanha (Reichdeutsche), ou, regiões europeias com população alemã como Romênia (Deutschrumänen) e Rússia (Russlanddeutsche), perseguidas dentro do contexto comunista.

Os alemães que vieram para o Brasil, o fizeram dentro de vários programas de colonização que vai desde colônias governamentais, fundadas por entidades lucrativas, ou filantrópicas, e até colônias particulares. A grande maioria de alemães que migravam, vinham de um histórico processo de indigência e pobreza, vinha com o desejo irresistível de encontrar um lugar para morar, construir a sua casa, produzir para a sua família e poder educar seus filhos com tranquilidade e dentro dos costumes. “Os imigrantes alemães, casados ou solteiros, que vieram para o Rio Grande do Sul eram pobres, a maioria com pouca ou nenhuma instrução” (JUNGBLUT, 2000, p.27/28).

A maior parte dos compradores de terras, eram das antigas regiões de colonização teuta do Rio Grande do Sul e, em menos número, das de Santa Catarina, e há imigrantes vindos diretamente da Europa. Entretanto, eram privilegiados somente os descendentes de imigrantes alemães da religião católica, sendo dificultado o acesso a terra por parte de colonos que não fossem desta confissão e que não falassem este idioma. Com esta triagem, a *Volksverein* pretendia formar uma comunidade étnica e religiosamente homogênea: a colônia Porto Novo. (WERLE, 2011, p. 15)

Assim no período que vai de 1922 a 1955, “descendentes da quarta geração saíram da “Colônia Velha” da Serra e Foram ocupar no Extremo Noroeste do Rio Grande do Sul [...]. Também migraram para o Extremo Oeste Catarinense, as margens do rio Uruguai fundando [...] Porto Novo”. (JUNGBLUT, 2000, p.32). Desse universo de migrações alguns das colônias velhas de Santa Catarina, outros do rio Grande do Sul e outros ainda vindos da Alemanha, e outros países europeus ocupados por alemães

nasce a colonização de Porto Novo a partir de 1926, mais tarde (1929) denominada de Itapiranga⁶.

Importante perceber que nesse período a industrialização da economia alemã, está em estágio avançado, o que também implica na modificação dos velhos moldes econômicos feudais e a fragilização de vastos contingentes populacionais que viviam em economias de subsistência. Outros conflitos que envolvem a Alemanha é a primeira guerra mundial, a crise pós-guerra e o avanço do nazismo no início da década de 30 com seu referencial ariano, xenófobo, e bélico, essa situação de insegurança em relação ao futuro, faz com que muitos alemães abandonam o país em busca de tranquilidade e segurança, o que muitas vezes também não encontraram, sendo que descendentes germânicos foram violentamente perseguidos em vários países inclusive no Brasil especialmente os de Itapiranga durante o período da segunda guerra mundial. “A colônia de Porto Novo, recebeu imigrantes, que fugiram desse contexto pré-bélico, entre 1934 -3, na maioria, colonizadores da Linha Presidente Becker” (JUNGBLUT, 2000, p.15).

Sob essas bases, nasce o projeto Porto Novo, atual Itapiranga. Após negociação com a colonizadora Chapecó-Peperi Ltda, o projeto foi oficialmente lançado entre 14 e 16 de março de 1926. Diversas formas de comunicação espalharam notícias elencando os benefícios do projeto se espalharam rapidamente pelas velhas colônias rio-grandenses. “A propaganda veiculada no Rio Grande do Sul sobre as “maravilhas” de Porto Novo foi intensa. Para tanto foram usados panfletos, jornais, revistas e livretos especiais, além do apoio da Igreja Católica [...]”. (HAHN, 2005, p.26).

Assim eles partiram: os corajosos pioneiros em busca de novas terras. Alguns deles, de meia idade e pais de família, procuravam novas propriedades para seus filhos, outros as queriam para si mesmos. Em um curto espaço de tempo, com a ajuda de seus filhos, arroteou uma grande área da floresta, com muito afinco e fé em Deus cultivou suas

⁶ O nome de Itapiranga surgiu em 1929, quando na oportunidade Adolfo Konder e sua comitiva visitaram a crescente Porto Novo, mesmo assim, por muito tempo a população continuou usando Porto Novo, nome inicial do projeto, que envolve os atuais municípios de São João do Oeste, Tunápolis, Itapiranga, parte de Mondai e de Iporã do Oeste. O município de Itapiranga, localiza-se no extremo oeste de Santa Catarina, faz divisa com a Argentina a oeste e ao sul com o Estado do Rio Grande do sul. Itapiranga localiza-se na latitude 27°16'9" sul e longitude 53°71'2" oeste de Greenwich, estando a uma altitude de 544 metros, porém existem localidades com 150 metros de altitude. De acordo com os dados IBGE, 2010, possui uma população de 15.409 habitantes.

lavouras, assim, não deixou de receber as bênçãos. (RODHE, 2011, p.39).

Diante do desafio de prosperar e provar não só socialmente, mas também particularmente, a capacidade de prosperar, de ser incluído socialmente num projeto coletivo de identidade étnica e religiosa, os colonizadores fazem todo o esforço para acompanhar a moral social, bem como, fortalecer o espírito da cultura organizacional por ela destacada.

Manejo agrícola no projeto porto novo.

Os hábitos agrícolas trazidos das suas antigas experiências dos seus países de origem, ou das velhas colônias, nem sempre tão eficientes do ponto de vista da preservação ambiental, somado aos avanços de uma civilização pautada no trabalho e que procurava a qualquer custo construir o progresso acabavam por muitas vezes a esgotar rapidamente os recursos naturais nas áreas abundantes inicialmente ocupadas. Dessa forma a necessidade de migrar se tornava uma constante até porque o esgotamento completo dos recursos naturais comprometia em muito a permanência e a possibilidade de progresso, revela-se nessas novas áreas de ocupação os primeiros sinais de crise econômica, em decorrência da crise ambiental. (WERLE, 2011)

Para Foladori (1999), a resposta para o debate das questões que assinalam a ideia de crise, remete a discussão sobre a configuração de ambiente. Ambiente, configura-se como espaço inter-relacional estabelecido por qualquer espécie viva com o meio abiótico e demais espécies criando uma atmosfera de equilíbrio dinâmico. Nessa relação evidentemente existe um impacto ambiental, pois todos consomem recursos e geram efluentes. A crise desse sistema se evidencia quando se gera extração de recursos ou produção de resíduos, com maior intensidade que o ambiente, em seu ciclo natural, precisa para regenerar-se ou absorver e reciclar os efluentes. “[...] Uma sociedade humana não estabelece relações com seu entorno em forma de bloco, e sim em grupos e classes sociais, e de maneira desigual”. (FOLADORI, 1999, p.118).

Dessa forma, todos os processos produtivos enquadraram-se numa ótica econômica e longe de satisfazerem as necessidades básicas, estão voltados para a

geração de lucro e renda para acúmulo de capital. Extrapolam-se todos os limites, primeiro espoliando de maneira inconsequente todos os recursos naturais que podem ser transformados em capital, ou que possuem valor de mercado. Em segundo lugar, a deficiência técnica associada a negligência dos processos produtivos acaba comprometendo o meio ambiente pelos resíduos que se geram durante toda cadeia produtiva. Começa na extração, passando pelo processamento da matéria prima e por último a escala do consumo, a única visível na grande maioria das vezes dentro do sistema.

Com o acentuado crescimento demográfico e a vinda de novos imigrantes, somando ao esgotamento do solo, as terras das colônias americanas, outrora férteis e abundantes, começavam a perder o seu vigor e a ser menos acessíveis. Isto acabava por incentivar os descendentes de imigrantes a saírem em busca de novas regiões de colonização. (WERLE, 2011, p.9).

Preocupada em manter os moldes e as características das colônias velhas a Igreja, através da Volksverein, “atraiu e recrutou, em mais de uma dezena de municípios gaúchos, jovens e famílias encurraladas economicamente, social e culturalmente para reascenderem efervescência comunitária já decadente naquela região” (EIDT, 1999, p.9; WERLE, 2011).

Entre as inúmeras colonizações organizadas, implantadas no oeste de Santa Catarina, nas segunda e terceira metade década do séc. XX, a do município de Itapiranga constitui-se na mais coercitiva, repressiva e fechada, em face da absorção e agregação de uma estrutura já decadente nas regiões de procedência dos migrantes. (EIDT, 1999, p.9).

O modelo de ocupação além de todos os valores católicos fortemente presentes e o espírito comunitário, com um profundo senso de justiça e solidariedade social, fator importante para a consolidação da ocupação e que destaca de maneira ímpar, sobre as demais formas de organização social possível, tanto assim que todos os lotes eram organizados de tal maneira que em seu centro, ficava o centro comunitário com associação comunitária e sociedades de cunho esportivo e cultural.

O fracionamento da área colonizada em comunidade criou um profundo sentimento comunitário e religioso que foi determinante

na edificação de estabelecimentos escolares, religiosos e sociais, sustentados por uma rede de associações, o que encobria a ausência do Estado nas regiões colonizadas. (EIDT, 2011, p.24)

Os lotes rurais distribuídos e organizados em pequenos lotes em média de 28 hectares forma a estrutura fundiária de Porto Novo. Assim, com a característica fundiária de minifúndio com mão-de-obra essencialmente familiar, com inúmeros sistemas de trocas de produtos pautados nos princípios da economia solidária. Sendo que, inicialmente o essencial de todo o sistema produtivo era a produção para a subsistência, uma vez que, as dificuldades eram grandes diante da vasta floresta que se elevava no meio do vazio demográfico. A modalidade associativa já presente no Rio Grande do Sul que foi o financiador e viabilizador do empreendimento, continuou presente na nova colônia.

O fracionamento da área colonizada em linhas coloniais auxiliou na criação de um sentimento comunitário, que foi determinante para edificação de estabelecimentos escolares, religiosos e sociais sustentados por uma ampla rede de associações. Ainda hoje, nessas comunidades, é comum encontrar associações que mantém a igreja, os clubes sociais, clubes de tiro e escolas. No âmbito municipal, a maioria dessas entidades está agrupada em uma associação de segundo grau, responsável pela organização dos calendários de eventos e pela sua gestão. (HAHN, 2005, p. 32).

Dessa forma as condições de trabalho na área ficavam inicialmente restritas ao esforço braçal de cada família podendo contar algumas vezes com a contratação de terceiros para a execução dos serviços, mas a essência da unidade produtora do minifúndio é essencialmente familiar e se fortalecia muitas vezes através dos laços de solidariedade. “A dinâmica socioeconômica que se estabeleceu desde o início da colonização da Região Oeste de Santa Catarina, dado seu isolamento do resto do país, caracterizou-se pela predominância da família enquanto Unidade Organizadora do Processo produtivo e o Trabalho” (EIDT, 2011, p.14).

Nas condições daquele contexto (políticas, econômicas e tecnológicas), buscava-se num primeiro momento a sobrevivência, a propriedade, a terra e o que dela era proveniente, constituía-se na forma de prover as condições inorgânicas naturais. Isso está intrínseco no fato de realizar o sonho de conseguir seu pedaço de terra, como forma de reprodução social, já não mais possível no lugar de origem (seja a Europa ou o Rio Grande do Sul). (RAMBO, 2007, p

146).

Percebe-se na fala de Maria Rodhe o quanto representava a força da natureza perante o colonizador, “a gente tinha a sensação de estar diante de uma natureza selvagem e intocada, com o espaço mais que suficiente para as futuras gerações, que aí poderiam se desenvolver com força e vontade”. (RODHE, 2011, p.50). O ritmo da ocupação parecia tranquilo e dentro das expectativas.

Cada vez mais rápido tudo se desenvolvia. Um lote atrás do outro era ocupado. Por todos os lados as estradas eram construídas; ao longe e bem próximo, se ouvia o som dos machados cortando a mata – e o ruído assustador das grandes árvores tombando”. (RODHE, 2011, p.76).

No tempo que restava ao colonizador para descansar do trabalho árduo era aproveitado também para contemplar a paisagem e os avanços da colonização onde, de maneira geral, “podia-se observar, diariamente, enormes nuvens de fumaça das queimadas. Sabíamos que este ou aquele havia aproveitado o calor e o tempo seco para tentar sua sorte”. (RODHE, 2011, p.76). O movimento de avanço sobre as florestas prosperava, à medida que os interesses da colonizadora se concretizavam, e à medida que o progresso se consolidava, mais confiança o empreendimento representava, o que estimulava a vinda de novos imigrantes.

Porém, o desafio de vencer a floresta não era fácil e para tanto precisavam recorrer a técnicas tradicionais de limpeza das áreas que rapidamente mudava a aparência paradisíaca presente nos relatos de (RODHE, 2011) como se pode perceber no que segue.

A beleza da mata se evidencia, de fato, ao se admirar os gigantes da floresta. Eu aprendi que o seu gigantismo não estava relacionado ao diâmetro de seu tronco e ao tamanho de sua copa, mas sim, a sua altura. Eu nunca havia visto árvores tão altas. A lei primordial do sábio plano de criação de Deus: “Faça-se a luz” ali passou a fazer sentido para mim. (RODHE, 2011, p.68)

Além disso, as técnicas de derrubada da mata, limpeza da área por meio de queimadas para preparar as áreas de plantio, devido aos fatores de isolamento, pouca

estrutura técnica, relevo ondulado, com poucas áreas para a vocação agrícola e grande incidência de pedras sobre os terrenos, acabavam dando ritmo lento de desenvolvimento, diante da sede do progresso dos colonizadores.

De acordo com (JUNGBLUT 2000, p.84), o relevo é entalhado onde correm rios de porte variado, com áreas mecanizáveis nas planícies costeiras e também em áreas planas nos cumes e morros que se elevam de maneira bastante irregular, mas, que em sua formação geológica, possuem áreas planas em suas elevações e com bons solos férteis. O clima é subtropical com presença de chuva em todas as estações podendo ocorrer enchentes e secas de maneira alternada muitas vezes.

Com a derrubada da mata virgem que cobria toda a área como técnica de limpeza que, aliás, faz parte de dois processos bem definidos, primeiro a do ciclo madeireiro e depois pratica de técnicas de manejo arcaicas, que usavam o fogo para a limpeza do solo e equipamentos agrícolas de tração animal para remoção do solo mesmo com a fertilidade original do solo, a declividade associada às técnicas atrasadas, esgota rapidamente a fertilidade dos espaços produtivos. “O solo é fértil, mas se esgota após algumas colheitas, exigindo correção química e/ou orgânica. A declividade facilita a erosão” (JUNGBLUT 2000, p.91).

É notório que a retirada de madeira foi intensa, no entanto, a grande quantidade de madeira que foi vista descendo o rio Uruguai em balsas teve sua origem de colônias que estavam situadas acima de Porto Novo e que já estavam num processo de ‘civilização’ a mais tempo e num processo diferenciado com a extração da madeira mais sistematizada. A objetificação da natureza e consequente uso de seus recursos naturais, a exemplo da madeira, foi se intensificando e ‘naturalmente’ acontecendo. (RAMBO, 2007, p.151)

Para entender as relações que se estabelecem entre seres humanos e o meio ambiente é necessário considerar de que o ser humano estabelece relações diferentes da maioria dos seres das demais espécies vivas que de um jeito ou outro procuram se harmonizar num equilíbrio dinâmico. Segundo Foladori (1999), os seres humanos, que vivem dentro do modelo de produção capitalista permeado pela economia de mercado, estabelecem relações mais complexas intermediadas por interesses econômicos que ultrapassam definitivamente apenas o simples desejo de sobrevivência. Através da técnica e de interesses econômicos apodera-se de uma quantidade de recursos muito além daqueles que precisaria simplesmente para

sobreviver. A apropriação de recursos e de bens cria uma conotação de classe social e de status quo social.

Dessa forma, pode-se compreender o que acontece no imaginário do colonizador que diante da imensidão da natureza intacta defronta-se diante da sua própria identidade humana, na medida em que busca sobrevivência e qualidade de vida, mas ao mesmo tempo, precisa socialmente demonstrar que vence a natureza e que está inserido no universo de ações que representam o progresso.

No entorno desse ideário, seu trabalho vem automaticamente acompanhado de uma técnica, que por sua vez, traz uma concepção de mundo acerca da realidade. Por isso de maneira subliminar seu trabalho é a concretização de um modelo de produção, de um jeito particular de fazer algo que reflete em si a noção do certo e do errado. (FOLADORI, 1999).

Desse modo os colonizadores evidentemente estavam convencidos de que o certo a fazer, era devastar. Esse modelo, porém, rapidamente deu sinais visíveis de crise.

Tanto assim, que a igreja católica tutora e organizadora de toda a vida social e econômica das colônias teuto brasileiras em seus Congressos Católicos⁷, trouxe a preocupação com os sistemas de manejo de solo e de técnicas agrícolas que geravam o rápido esgotamento dos espaços colonizados. “Para descrever métodos de trabalho considerados prejudiciais empregava-se amiúde o termo Raubbau, o que pode ser traduzido como cultivo predador”. (WERLE, 2011, p.140).

“A agricultura dos colonos caracterizada pelas queimadas, rotação das terras e aproveitamento da fertilidade natural do solo virgem, não é consequência do acaboclamento, ou do desconhecimento das modernas técnicas agrícolas da ciência agrônômica”. (REICHERT, 2008 p. 87,88). Preocupados em obter resultados imediatos e prosperar frente às áreas inóspitas, os colonos acreditavam ser mais fácil e rápido a limpeza das áreas por meio de métodos tradicionais, o fogo. Consequentemente o rápido esgotamento das pequenas colônias era visível impulsionando as novas gerações para outras frentes agrícolas. (REICHERT, 2008)

⁷ Encontros de teor social e religioso que visavam abordar todos os problemas da vida da colônia e trazer resultados definitivos para os mesmos) tradição essa herdada da Alemanha do séc. XIX, e incorporados com muita eficiência na vida cotidiana das colônias, já abordavam a temática em seus congressos. (WERLE, 2011)

Se na Alemanha os Congressos Católicos estavam voltados para questões essencialmente urbanas, comuns de uma sociedade industrial, o contexto sul brasileiro estava centrado nas temáticas das pequenas propriedades rurais.

Em decorrência disso, o relacionamento dos inimigos com o meio ambiente e a maneira de conduzir a agricultura era tema constantemente abordado. Queimadas, reflorestamento, rotação de cultura, combate a pragas da lavoura, adubação verde, erosão, cuidados com a limpeza da água, assim como temáticas mais amplas envolvendo a formação de organizações de agricultores e estruturação da pequena propriedade rural eram temas recorrentes. (WERLE, 2011, p.140)

Porém, essa interferência não é uma atitude especificamente voltada às colônias de imigrantes alemães na América, uma vez que, o envolvimento social da Igreja Católica já era comum na Alemanha. Nesse sentido faz-se necessário um resgate sobre os Congressos Católicos na Alemanha e de como isso veio sendo incorporado nas colônias sul brasileiras.

Os Congressos Católicos surgem na Alemanha no ano de 1848 quando temos no cenário europeu a primavera dos povos, a publicação do manifesto comunista de Marx e Engels, a Assembleia Nacional Constituinte Alemã e os movimentos sociais liderados pelos sindicatos questionavam a ótica do capitalismo industrial. O estado republicano moderno inspirado na independência dos EUA, da Revolução Francesa e seus fundamentos nas ideias ilustradas acabam criando um forte sentimento anticlerical e propõe a imediata laicização social. (WERLE, 2011, SICOOB, 2012, KREUTZ, 1991, p. 25).

Isto significou o deslocamento da religião à esfera privada, assim como acirrou a concorrência com novas visões e concepções de mundo, o que por sua vez conduziu à perda do monopólio da gestão legítima dos bens de salvação e sua capacidade de normativa na sociedade. (WERLE, 2011, p.18)

O sentimento antiliberal da Igreja Católica tem em suas diretrizes centrais a preocupação em manter o viés hierárquico e centralista de organização da sociedade dentro da qual ela era tida como referência espiritualista.

O capitalismo crescente abalava estruturas arcaicas e milhões de camponeses deixavam o campo em busca de trabalho nas indústrias e, enquanto massa operária, abandonavam uma religião de cunho

agrário. Era uma perda significativa para a Igreja Católica [...] (KREUTZ, 1991, p.25).

Neste contexto a Igreja procura também refletir e entender o seu papel enquanto instituição frente a todas essas mudanças, discutindo internamente o seu novo papel e organizando-se para o novo cenário através da metodologia de formação de lideranças leigas que representassem junto ao povo os anseios e as diretrizes da Igreja dentro do novo cenário.

Desde os primeiros eventos as atenções se voltaram de forma contundente à assim chamada *soziale Frage*, a questão social. Tema central dos Congressos até a 1ª Guerra Mundial, já em 1848 entendia-se que a Igreja devia se envolver com mais intensidade nas questões da sociedade, mormente os problemas sociais oriundos da industrialização. (WERLE, 2011, p.13/14).

Mais tarde, eventos dessa envergadura passam a ser organizados em outros países inclusive com recomendação e apoio do Papa Leão VIII. Dado o pontapé inicial em 1848, esses eventos passaram a ganhar força e principalmente pelo aumento significativo do número de participantes. Os encontros constituíam-se,

Com palestras abertas para o povo, reuniões fechadas para dirigentes de associações católicas, secções culturais com música, teatro, exposições, jantas e almoços coletivos, procissões animadas com fogos e músicas, os eventos foram crescendo a cada ano e se consagrando no catolicismo alemão. (WERLE, 2011, p.17).

Na Alemanha especificamente o conflito entre Estado e Igreja foi bastante acirrado o que também acaba fortalecendo o espírito de união do povo católico motivado pela Igreja católica dentro da nova ótica de envolvimento dos leigos visando abranger todas as classes sociais. (WERLE, 2011; KREUTZ, 1991)

Os sistemas associativos além de desenvolverem diferentes atividades sociais se autofinanciavam através do pagamento de anuidades, embora pequenas individualmente, mas significativas em sua totalidade, pois o envolvimento era considerável. Dessa forma também consolidaram a associação Católica da Alemanha o que representava uma unidade com força social, mas também, com forte influencia política para debates e discussões de interesse social e da Igreja.

É muito comum o entendimento de que o papel da Igreja não se restringe

apenas as paredes da Igreja, mas deve estar presente em todos os aspectos da vida social fazendo com a que as ações cotidianas sejam nobres, civilizadas, e dignas de um bom ser humano. Assim concentra uma grande parte de suas ações nas obras de caridade e ensino. “Tentou marcar presença mais forte pelas obras de caridade junto aos doentes e abandonados – hospitais de caridade, asilos, orfanatos – e através do ensino, abrindo colégios e opondo-se ao movimento de laicização do mesmo”. (KREUTZ, 1991, p.27).

Com o intuito de reconquistar o prestígio e evitar perdas mais significativas, bem como, estar presente nos debates sociais, “o Congresso Católico vai assumindo cada vez mais as características de uma instituição voltada para agir na sociedade, mas um agir direcionado pela Igreja”. (WERLE, 2011, p.30).

De acordo com o raciocínio, o povo cristão confere a base de legitimação e força à Igreja. Por outro lado, enfatiza também o perigo do povo se afastar da religião. As “robustas organizações”, portanto, deviam unir os leigos para trabalhar em favor da Igreja e ao mesmo tempo manter os fiéis mais próximos de sua religião e evitar dissidências. (Katholische Verein Deutschland, apud, WERLE 2011, p. 24)

Enquanto que na Europa, o debate da Igreja estava assentado na discussão de temas sociais que englobam o envolvimento do trabalhador na vida social com fins de exercício de cidadania, caridade onde a indignação prevalece, direitos sociais para trabalhadores fabris, e a educação para preservação dos valores referenciados pela Igreja, no sul do Brasil as temáticas eram outras, como já comentado anteriormente.

O que é importante entender, neste contexto, que o espírito e o objetivo dos encontros tanto no sul-brasileiro como na Europa, são os mesmos. O debate é direcionado de acordo com as especificidades locais. “O primeiro objetivo dos Katholikentagen era “firmar a vida religiosa na colônia e gradativamente elevar o nível da mesma”. Por isto todas as assembleias eram iniciadas com festivo ritual religioso e todos os temas tratados com esta prioridade”. (KREUTZ, 1991, p.73).

Assim, como o cenário e a realidade local sul-brasileira era estritamente rural, discursos fervorosos eram dirigidos aos participantes do congresso, condenando práticas predadoras alertando de que isso inclusive contribui para o desaparecimento com a

terra, com o espaço, estimulando a migração para outras áreas, na medida em que a total devastação das florestas e esgotamento desenfreado do solo, somado aos estragos das fortes chuvas, tornam o lote completamente impróprio para a agricultura. “As práticas adotadas pelos imigrantes, rapidamente conduziam ao esgotamento do solo. Ao esgotar a fertilidade do seu lote, o colono simplesmente partia para outro lote, onde o processo era reiniciado”. (CONRAD ENGEL, 1889, apud WERLE, 2011, p.141).

A Igreja também preocupada em manter a unidade territorial e efetivação dos projetos colonizadores alertava: “O assim chamado cultivo predador é apontado, portanto, como um importante fator que conduz à migração de colonos e por esta via à desintegração das comunidades, das igrejas e escolas”. (WERLE, 2011, p.142). Na construção de alternativas viáveis para o enfrentamento visível que afetava toda a zona de colonização e que como já podia se esperar repetiam-se na mesma intensidade nas novas áreas colonizadas, fez as lideranças religiosas buscar alternativas.

Como forma de combater tal cultivo predador, sugeriu-se a adoção de uma série de novos métodos de trabalho e técnicas de cultivo. Três pontos essenciais foram enfocados nos primeiros Congressos: plantio de árvores, adubação e rotação de culturas”. (WERLE, 2011, p.143).

Porém, a eficiência das práticas de combate ao esgotamento da propriedade não atingiu em profundidade os seus objetivos, até porque, muitos somente se preocupavam com a possibilidade da falta de madeira, ou insuficiência agrícola. A concepção predominante era de fato essencialmente pragmática e não ultrapassava a epistemologia utilitarista.

Cabe ressaltar, contudo, que a postura crítica destes padres se direcionava somente ao desmatamento indiscriminado de encostas de morros e beiradas de rios, entendidos na época como principais causadores da erosão e do assoreamento dos rios. Assim, a orientação e o incentivo para o reflorestamento se direcionava somente a estas áreas. A ideia não era “preservar” a floresta em si, mas sim, usar paliativos para prevenir certos problemas enfrentados e viabilizar a agricultura em bases mais sólidas.

O meio ambiente continua sendo concebido a partir de uma perspectiva instrumental. (WERLE, 2011, p.144)

Mas o que é notável em todas as ações dos colonos que além de sua herança cultural trazem também as técnicas agrícolas como nos relata Werle.

Os colonos, com seus antigos métodos de trabalho e uma certa teimosia em aceitar novos, depois de esgotadas as terras do Rio Grande de Sul se instalaram no oeste catarinense, onde iniciariam o mesmo processo. Destruíram as florestas e passaram a cultivar a terra, sem maiores preocupações com a preservação do solo. 30 ou 40 anos depois seus filhos saíram novamente em busca de novas terras, desta vez no oeste do Paraná. (WERLE, 2011, p.227).

Caminhoneiros relatam as aventuras das caravanas de mudanças que iam, nos anos 60, para a região paranaense de Missal, Medianeira, Marechal Cândido Rondon. A fertilidade do solo, tão elogiada nos primeiros tempos, já não corresponde mais as expectativas e muitas famílias já deslocam para novas frentes agrícolas.

Porém, com o tempo não somente o esgotamento do solo e das áreas agrícolas pelos sistemas predatórios gerou a crise do sistema de mão obra familiar do minifúndio. “Por volta de 1960, o isolamento da região, as precárias vias de escoamento da produção, a diminuição da fertilidade natural do solo e a descapitalização dos agricultores geravam condições insustentáveis de vida para população local”. (HAHN, 2005, p.58). Na década seguinte os avanços da industrialização geram tanta desestruturação econômica e social do que os velhos problemas ambientais das colônias.

A migração para as colônias de Porto Novo e Porto Feliz termina na década de 1960, quando inicia-se um novo ciclo: os colonos dessa região se deslocam ao sudoeste do Paraná e outras áreas, já que a terra na região se torna escassa e já haviam grandes problemas com o esgotamento do solo. O processo de emigração dessas colônias acentua-se nas décadas seguintes, como uma das consequências da modernização da agricultura. (VIEBRANTZ, 2009, p.24)

O modelo de organização de agricultura familiar pautado na padronização da organização da estrutura social e cultural sofrem seus primeiros impactos no início dos anos 70 com a implantação das primeiras agroindústrias da região. “Até aquele

período as famílias identificavam-se por possuírem praticamente as mesmas posses, o mesmo modo de produção, e a mesma estrutura de propriedade”. Doravante os objetivos econômicos passam a preponderar sobre os sociais (EIDT, 1999, p.12). A partir desse momento a agricultura passa a redimensionar os seus setores de produção e o enfoque é produção para o mercado, dentro dos moldes capitalistas.

A “modernização” dos sistemas produtivos e das técnicas de produção, vem acompanhado de utilização de fertilizantes químicos e toda a linha de insumos agrícolas, financiamentos bancários, energia elétrica impulsionam o melhoramento das propriedades e grande parte do tempo dos colonos passa, com jornadas de trabalho mais intensas, a ser dedicado para acompanhar o progresso econômico. (EIDT, 1999)

Percebem-se, sem dúvida nenhuma, os primeiros passos das profundas mudanças que os modelos tradicionais da agricultura familiar e de subsistência sofrem, à medida que, se capitaliza a pequena propriedade.

Aconteceu, é verdade, um processo intenso de seleção de pequenos agricultores pela agroindústria de carnes. Foram selecionados para integrados ou parceiros aqueles com posse do título da terra, alguma capacidade de investimento e, principalmente, os dispostos a se sujeitar à política de trabalho da empresa. (HAHN, 2005, p.80).

Essas mudanças transformavam rapidamente os cenários tradicionais, na medida em que, mudavam os valores de relacionamento social da família, suas relações de trabalho e a divisão dos resultados da produção. (EIDT, 1999). Além disso, temos também modificações culturais que influenciam padrões de vestimenta, hábitos alimentares, estilos de vida social e de lazer, “[...] alterou todos os níveis de realidade social”, (RENK, 2000, p.28).

A convivência harmoniosa, a ajuda mútua, a caridade, as trocas sem a mediação do dinheiro, os mutirões comunitários e familiares e a frequência em todos os eventos programados pela comunidade decaíram, independentemente de sua solidez antiga. A colonização perde suas referências identificadoras, criando uma especificidade antagônica à do período anterior. (EIDT, 1999, p.12).

Embora que para (HAHN, 2005), esse processo não foi completamente ruim na

medida em que abre as portas para a diversificação econômica, possibilitando na década de 90, um bom desenvolvimento da economia regional, na medida em que a reorganização social e econômica das propriedades adquire uma dinâmica muito peculiar nos municípios atuais do antigo território de Porto Novo.

Os agricultores que não se enquadravam nas exigências das empresas integradoras tiveram que se adaptar a outras atividades. Essa adaptação permitiu que muitos empreendessem em atividades como a bovinocultura de leite, plantio de fumo e pequenas indústrias rurais. (HAHN, 2005, p.80).

Porém de acordo com (EIDT, 1999; LEFF, 2002) o processo que levou ao fortalecimento da indústria agroalimentar com a agudização da exploração dos recursos renováveis e não renováveis, sejam eles ocasionados pelas fábricas, práticas agrícolas com utilização de defensivos agrícolas, destino inadequado de dejetos (agrícolas ou domésticos). Ou advindos pela extrema exploração de recursos renováveis superando em muito o ritmo de recomposição, desperdício e contaminação de recursos hídricos, florestais, bem como perda significativa da biodiversidade com desaparecimento de espécies, revelou-se muito negativo para a qualidade de vida ambiental dessa nova paisagem agrícola.

No caso de Itapiranga, o forte processo de modificação ambiental que vem desde o início da colonização, se atenua com as novas práticas e políticas agrícolas. Percebe-se o desaparecimento, em poucas décadas, de matas ciliares e outras paisagens florestais, conseqüentemente aumenta o assoreamento de rios e riachos.

O assoreamento gerado pelo uso intensivo da terra somado a técnicas de manejo inadequadas provoca o desaparecimento dos tradicionais “poços”, áreas onde rios e sangas, formavam represas naturais com profundidades de 3 a 7 metros que usadas como áreas de banho e de pesca pelos moradores próximos, esses lugares eram verdadeiros parques de diversões e atraía grande público de todas as idades. Era tão comum a existência deles que geralmente o “poço” recebia o nome da família mais próxima ou proprietária do lote rural.

Na questão social, (HAHN, 2005) destaca que embora o espírito de cooperação dos primeiros tempos permanecesse forte, alguns aspectos da vida social de fato

foram fortemente modificados pelas estratégias de produção/integração.

A intensificação do sistema de integração entre agricultores familiares e as agroindústrias prioriza resultados individuais em detrimento dos laços sociais comunitários. A organização de classes não é vista com bons olhos pelas agroindústrias e, no caso dos integrados das indústrias de carnes, é combatida com punições que vão desde advertências até o fim da parceria. (HAHN, 2005, p.81-82).

No de 1962, foi constituída a equipe provisória para coordenar o projeto de implementação de um frigorífico de suínos dadas as condições de existência de mercado para carne e derivados bem como a grande quantidade de produção de suínos no município e municípios vizinhos. A comissão ficou composta por Bruno Koeln, Lauro Schoeler, Lauro T. Ghiel, Artur Goerck e Rudi Goerck. Estes, tornaram-se sócios majoritários do frigorífico.

A assembleia de fundação da Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga (Safrita) aconteceu em 2 de setembro de 1962. Em 18 de julho de 1967, quando o abatedouro foi inaugurado, 745 acionistas eram sócios da agroindústria. Alguns fatores contribuíram para a crise nos anos seguintes, a venda de suínos para outros mercados financeiramente mais rentáveis e a confusa Peste Suína Africana de 1978.

No ano de 1973, iniciou-se o primeiro abate de frangos através da Frigoaves, que se dedicava a produção de frango através do sistema de integração. “Em 1976, foi criada a segunda subsidiária, a Safrita Agropecuária Ltda, que assumiu o fomento da criação de aves de corte, perus e suínos. Eram mantidas duas filiais para recepção e venda de produtos, uma em São Paulo e outra no Rio de Janeiro”. (HANH, 2005, p.76). Em 1981 a Safrita foi vendida para o grupo Hering que em 1993 parou com o abate de suínos e fomentou a atividade de produção e aves.

Vendas sucessivas do controle acionário da empresa e mudanças nas estratégias de integração, excluíram um grande número de pessoas desse processos produtivos que migraram para outras atividades, como bovinocultura de leite, ou até mesmo, para ser trabalhador assalariado no centro urbano. (HAHN, 2005; EIDT, 1999)

A pulverização da pequena propriedade insere-se no contexto de empobrecimento rural, principalmente nas pequenas propriedades, que se encontram à margem do mercado, necessitando de novas estratégias de obtenção de renda e

sustentabilidade principalmente para assegurar elevação do padrão de qualidade de vida. “Um estudo mais atento sobre a agricultura familiar do município de Itapiranga possibilita observar que nas duas últimas décadas houve uma enorme transformação nas possibilidades e meios de obtenção de renda”. (HAHN, 2009, p.66).

Assim, o que poderia ser um problema social complexo, (êxodo rural) encontra na organização pluriativa das propriedades rurais, maneiras de conciliar a manutenção das propriedades rurais. Evita-se dessa maneira, a concentração fundiária no interior e o deslocamento de contingentes populacionais para as cidades que nem sempre oferecem a infraestrutura adequada para receber novos contingentes populacionais. “Pois propriedades consideradas inviáveis, encontram na pluriatividade uma forma alternativa de geração de renda, o que leva muitos grupos familiares a conciliar o trabalho agrícola e não agrícola”. (HAHN, 2009, p.66).

A oferta de novas oportunidades de trabalho e de renda, sem precisar “tornar deserto” o espaço rural, já não é apenas característica dos centros maiores, os chamados “periurbanos”, mas já é característica de cidades pequenas como é o caso de Itapiranga. Ali, a crise econômica das últimas décadas, somada às profundas mudanças ocorridas na base técnica de produção, afetou a produção agropecuária, vinculada a cadeias agroindustriais, baseada em suínos, aves, milho, soja, fumo e leite. (RAMBO, 2004, p.92).

Essa característica da economia rural do município de Itapiranga, positiva na medida, em que, “paralelamente, estabelece-se uma forte relação entre os espaços urbano e rural, no qual a indústria local, ao mesmo tempo em que satisfaz a sua necessidade de mão de obra, possibilita aos trabalhadores rurais a obtenção de renda complementar”. (HAHN, 2009, p.67).

Não deixa de revelar que essa nova configuração é resultado do modelo econômico da agricultura familiar em crise e sem condições de dar respostas a partir de si mesmo para as propriedades que por uma razão ou outra não acompanharam a nova configuração e a modernização da propriedade. Nessa perspectiva, a pluriatividade antes é resultado do desespero do produtor rural empobrecido, do que uma consequência do modelo de desenvolvimento econômico da região, embora que seus resultados de maneira geral, sejam socialmente positivos.

Portanto, percebe-se de maneira geral que a técnica, somada a vontade de

vencer a floresta, e a necessidade de prosperar socialmente, construíram o perfil agrícola da região. O que ninguém imaginaria que solos férteis e produções abundantes resultariam em curto espaço de tempo, em solos degradados.

Considerações Finais

O conjunto de técnicas utilizadas para desenvolver atividades produtivas denomina-se modelo de produção e isso de maneira direta interfere na estruturação dos espaços humanizados. No caso específico de Itapiranga, a alteração dos espaços geográficos naturais e a introdução de um modelo de produção predador, alteram as condições ambientais favoráveis à produção no início da colonização. A dinâmica de ocupação do solo e o manejo dos recursos naturais disponíveis desencadeou impactos negativos do ponto vista ambiental como também social, na medida em que gera problemas de ordem econômica que impactam a forma com as famílias vivem e pensam sua sobrevivência no meio rural.

Por último, a pluriatividade como saída para manutenção da sustentabilidade econômica no meio rural, teve impactos sociais positivos, na medida em que evita o deslocamento das pessoas para outras regiões sem uma garantia de vida melhor, mas ainda não faz parte de uma política social de sustentabilidade do município. Nesse sentido, políticas estaduais de desenvolvimento associadas ao planejamento de políticas municipais, podem auxiliar no reposicionamento territorial dos colonizadores no que diz respeito a gestão dos recursos naturais e de suas propriedades.

Enfim, para além de ações é preciso focar em formação humana e ampliação do repertório cultural e intelectual do território, pois como ficou evidente, as práticas adotadas fazem parte de uma cultura organizacional, não se trata de uma maldade ambiental, se trata de uma cosmovisão onde se percebe que o colonizador tem todas as certezas que ele está fazendo o que culturalmente e socialmente é adequado a ser feito.

Referências

ABRAMOVAI, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS,

2003.

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatísticas aplicadas às ciências sociais*. 4 ed. Florianópolis: ed. da UFSC, 2001.

BECKER Dinizar F. *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Dinizar F. Becker, Milton Luis Wittmann. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISK, 2008.

EIDT, Paulino. *Porto Novo: da escola paroquial ao projeto de nucleação – uma identidade em crise*. Ijuí: UNIJIUÍ, 1999.

EIDT, Paulino. *Do reino religioso ao poder do mercado*. Curitiba: CRV, 2011.

FOLADORI, Guilherme. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas ed. Unicamp, São Paulo: imprensa oficial, 2001.

_____. *O capitalismo e a crise ambiental*. Revista raízes, nº 19, p. 117 – 125, maio de 1999.

GREGOLIN, Altemir. *Municipalização da agricultura: assistência técnica e extensão rural de Santa Catarina*. Chapecó, SC: Grifos 2000.

HAHN, MAURO. *Capital social e estratégia de desenvolvimento econômico na microregião de Itapiranga*. Dissertação mestrado, UFSC, 2005.

HAHN, MILTON. *Pluriatividade e meio ambiente na agricultura familiar de Itapiranga/SC*. Dissertação mestrado, Unochapecó, 2009.

JUNGBLUT, Roque. *Documentário histórico de Porto Novo*. São Miguel do Oeste- Arco Iris Gráfica & Editora, 2000.

KREUTZ, Lucio. *O professor paroquial*. Porto alegre: UFRGS, 2004.

_____. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. / Lúcio Kreutz. – Porto Alegre: Ed. Da Universidade / UFRGS; / Florianópolis/ Ed. UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. Tradução Sandra Valenzuela. 2 ed. SP: Cortez, 2002.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. /Robert D. Putnam, com Robert Leonardi Y. Nanetti; tradução Luiz Alberto Monjardim. 5ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RAMBO, Lorival Inácio. *Um outro olhar sobre a colonização: a relação homem / natureza* Lorival Inácio Rambo. – Chapecó, 2007.

RAMBO, Nestor Francisco. *Pequena propriedade agrícola e pluriatividade: tentando entender a relação campo x cidade no município de Itapiranga (SC)*. Dissertação mestrado UFRGS, 2004.

REICHERT, Patrício. *Diferenças culturais entre caboclos e teuto-brasileiros de Porto novo: a segregação social do caboclo*. Dissertação mestrado, UFRGS, 2008.

RADIN, José Carlos. *Italianos e Ítalo-brasileiros na colonização do Oeste Catarinense*. Joaçaba; UNOESC, 1996.

RENK, Arlene. *Migrações: de ontem e de hoje*. Chapecó: Grifos, 1999.

_____. *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Grifos 2000.

_____. *Um dicionário nada convencional: sobre a exclusão do oeste catarinense*. Chapecó: Grifos, 2000.

_____. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*./ Arlene Renk. 2 ed. Rev. Chapecó: Argos 2006.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODHE, Maria W. *Espírito Pioneiro: a Herança dos antepassados*. Tradução Heidi Collischonn Biehl. Itapiranga: Porto Novo, 2011.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajai mirim. Um estudo de desenvolvimento econômico*. Editora Movimentos: Porto Alegre, 1999.

_____. *A dimensão cultural da imigração*. RBCS vol. 26, nº 77 outubro/2011.

SICOOB. *Memórias de uma pioneira. Sicoob Creditapiranga 80 anos*. Itapiranga SC, 2012.

VIEBRANTZ, Kerli Paula Melz; RENK, Arlene Anélia. *A extensão rural na formação profissional dos agricultores de Itapiranga e Mondai - SC, entre as décadas de 1960 e 1990*. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade Comunitária da Regional de Chapecó, 2009.

WERLANG, Alceu Antonio. *A colonização as margens do Rio Uruguai no Extremo Oeste*

Catarinense: atuação da Cia Territorial Sul Brasil - 1925 a 1954. Florianópolis, 1992.
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina,

WERLE, andré Carlos. *Porto Novo: reino jesuítico germânico no oeste de Santa Catarina*. /André Carlos Werle- 1 ed. Curitiba: CRV, 2001.

www.ibge.gov.br

ZAMBERLAM, Jurandir. *Agricultura ecológica*. Preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente. Jurandir Zamberlam, Alceu Froncheti. Petrópolis RJ: Vozes, 2001.

_____. *Agricultura alternativa: um enfrentamento à agricultura química*. Jurandir Zamberlam / Alceu Froncheti. Passo Fundo: Berthier, 1994.